

2022

Demonstrações Financeiras – 2º Semestre 2022

Socinal S.A. Crédito, Financiamento e Investimento

Diretoria Financeira
Socinal S.A. Crédito, Financiamento e Investimento



Identificação Institucional

Denominação:	Socinal S.A. Crédito, Financiamento e Investimento
Telefone:	(22) 2665-5786 ou (22) 2665-2417
Site Institucional:	www.socinal.com.br
Endereço:	Av. Brasil, 10 - 4º andar, Centro, Araruama - RJ
CNPJ:	03.881.423/0001-56

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2º SEMESTRE DE 2022

Senhores Acionistas, Colaboradores, Clientes e Investidores.

Os administradores da Socinal S.A Crédito, Financiamento e Investimento, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, apresentam as demonstrações financeiras relativas aos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

1. A Instituição

Em um ano muito desafiador para todos os setores da economia e principalmente para o setor financeiro, a Socinal se mostrou resiliente em seus negócios apesar da queda da demanda no setor imobiliários, nossa principal carteira de crédito proprietário, que em decorrente da inflação e da baixa visibilidade dos indicadores de médio e longo prazo da economia sofreu com a retração de demanda e a elevação da inadimplência. No setor de serviços, *banking as a service* (BaaS), nos deparamos com a redução da originação de novos créditos pelas plataformas de crédito online em decorrência das questões macroeconômicas como a elevação das taxas de juros, a queda da liquidez e as restrições e contingenciamentos impostos pelos investidores frente aumento do risco Brasil em conjunção com o ano de eleições majoritárias no país. Todo este contexto justifica os desafios operacionais em um ambiente de juros altos que invariavelmente afetou o desempenho da instituição e colocou a prova os modelos de gestão e a capacidade competitivo da empresa. Neste ano finalizamos o projeto de contas de pagamento e implantamos os meios de pagamento via Pix e TED, também concretizamos a integração de toda cobrança bancária para emissão e recebimento de boletos colocando a Socinal em igualdade com outros bancos e abrindo um leque de novas oportunidade de prestação de serviços acessórios de cobrança e de agende de pagamentos para nossos clientes e parceiros operacionais. Agradecemos aos acionistas, colaboradores, clientes e parceiros pelo empenho e comprometimento na gestão eficiente, comprometida e segura das nossas operações e principalmente no esforço para o cumprimento das metas e dos objetivos traçados para o ano de 2022.

- 1- O resultado bruto com serviços atingiu R\$ 52,4 milhões neste exercício, refletindo uma redução de 24,6% nessa rubrica em relação ao mesmo período de 2021. A prestação de serviços de emissão de dívida (CaaS) é o principal produto gerador de receita nessa rubrica e a queda se deve a contração das atividades das fintechs de crédito, parceiros e correspondentes bancários, mediante a um contingenciamento de recursos dos seus investidores devido as condições de mercado aqui relatadas.

- 2- A carteira de crédito fechou o exercício de 2022 com um crescimento de 20,8% em comparação a 2021, totalizando R\$ 234 milhões com destaque para as operações de crédito decorrente da aquisição de direitos creditórios de venda parceladas de empreendimentos imobiliários de imóveis na planta e loteamentos de perfil residencial, mantendo a linha definida em nosso projeto estratégico de atuar e em um segmento com alta demanda e dentro da nossa região de atuação.
- 3- O volume total de recursos captados por meio da emissão de títulos e valores mobiliários apresentou crescimento seguindo a tendência da busca por investimentos em títulos de renda fixa como forma de mitigar a profunda oscilação do mercado de renda variável, neste sentido crescemos em 21,10% e atingindo R\$221,1 milhões com forte demanda por títulos emitidos com perfil em índice de preços e dentro da garantia limite do FGC e distribuídos predominantemente por corretoras de valores.
- 4- O retorno operacional bruto já incluído as provisões foi de R\$ 12,34 milhões com uma queda de 3,68% em relação ao retorno do exercício anterior. O lucro líquido anual atingiu R\$ 7,32 milhões, 22,93% menor que o do exercício 2021 e justificado pelo aumento da provisão para créditos de liquidação duvidosos na ordem de 2,8 milhões neste exercício.

Esta administração reafirma seu compromisso com o planejamento estratégico definido em conjunto com os acionistas, visando a eficiência tributária, administrativa e operacional da empresa, com foco em ativos mais pulverizados, com menor nível de inadimplência e provisionamento. Neste sentido, continuamos direcionando esforços nas parcerias com as incorporadoras e atuando no fomento do crédito voltado ao setor imobiliário, bem como nas operações de bancarização e emissão de dívidas, gerando valor por meio da prestação de serviços, sem agregar maior risco de crédito a instituição.

2. Panorama Econômico e segmentação

Em meio às incertezas do cenário global para o próximo ano, alguns indicadores macroeconômicos já são claros, como: i) o nível de atividade mundial está em queda, e também o crescimento esperado; ii) a inflação continua alta nas maiores economias do mundo; iii) os juros de política monetária estão em alta; iv) os preços de *commodities* estão caindo, mas espera-se que ainda se mantenham relativamente altos no próximos dois anos; v) a pressão nas cadeias de suprimento, antes pressionados pelo quadro de pandemia, agora vem se mostrando em queda e tendendo a normalizar-se nos próximos anos; e vi) o mercado de trabalho está resistente ao desaquecimento da economia. O quadro mundial continua piorando, com inflação alta, juros em elevação e desaquecimento do nível de atividade. No Brasil, sob o impacto da política monetária apertada, o ritmo de expansão da atividade

econômica dá sinais de arrefecimento na indústria e nos serviços. O mercado de trabalho, por sua vez, segue em trajetória positiva, marcado pela queda da taxa de desocupação e, mais recentemente, pela recuperação dos rendimentos e o crescimento da massa salarial real também corrobora o quadro positivo do mercado de trabalho. Quanto à inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), após encerrar o primeiro semestre de 2022 com taxa de variação acumulada em doze meses de 11,9%, veio se reduzindo continuamente, até 5,8% em dezembro. Para 2023, a discussão recente tem se concentrado nas mudanças a serem realizadas no orçamento federal e no arcabouço de regras fiscais, visando acomodar os aumentos de despesas desejados pelo governo eleito. No mercado de crédito, enquanto a inadimplência e o comprometimento de renda preocupam, o volume de concessões apresenta acomodação, após a elevação do início do ano. A taxa média de juros de operações de crédito é outro fator que limita o mercado de crédito, encontrando-se em sua máxima dos últimos anos. De fato, as condições do mercado de crédito continuam apertadas. De um lado, temos o comprometimento de renda em níveis elevados e uma alta persistente dos níveis de inadimplência em recursos livres. Do outro lado, o processo de alta de juros parece ter atingido o seu limite e algumas modalidades já apresentam estabilidade ou queda na margem. Por conseguinte, as concessões para crédito livre não apresentam crescimento sustentável, demonstrando grande volatilidade.

Ouvidoria

A ouvidora da Socinal tem um histórico de todos os casos atendidos e não há relato de ocorrência sem solução formal de inconformidade a Alta Administração como consta no relatório de Ouvidoria, exigido pela Resolução CMN nº 3.849/2010. Nossa estrutura de Ouvidoria atende plenamente aos requisitos definidos pela legislação vigente, disponibilizando aos seus clientes canal de acesso dedicado com divulgação através de seu site na rede mundial de computadores (www.socinal.com.br) e diretamente na sede ou com seus correspondentes. Mantivemos indicadores de baixa demanda por nossos canais de reclamação durante o ano de 2022 e não tivemos crescimento dos índices de atendimento e demanda.

3. Controles Internos, Gestão de Riscos e Governança Corporativa

A Socinal detém uma estrutura de controles internos compatível com seus processos e procedimentos de segurança operacional, de crédito, de controle de liquidez e da segurança da informação. O comitê de Controles Internos avaliou os relatórios de controles internos, o de auditoria interna e externa para o risco operacional, e faz periodicamente os controles eletrônicos e de processos, sempre que demandado, aprovando seu conteúdo e acompanhando as necessidades de ajustes e intervenções visando o controle e a prevenção de riscos.

A Gestão de Riscos se dá através de uma estrutura simples e objetiva onde os integrantes do comitê de controles internos e riscos reúnem-se periodicamente e tempestivamente, deliberando sobre os assuntos pertinentes a normas, procedimentos e ocorrências do risco operacional, de liquidez, de mercado e socioambiental fazendo a avaliação periódica da carteira de crédito e dos principais indicadores de concentração, preços, inadimplência e segmentação, bem como o monitoramento do risco socioambiental em suas operações e interrelações com fornecedores, parceiros, clientes e colaboradores.

A Socinal conta ainda com diretrizes de Governança Corporativa que, exercidos pelo comitê de controles internos e risco que visa proteger o patrimônio da entidade, incrementar, sugerir e apoiar ações éticas e de boa governança entre todos os participantes diretos e indiretos da instituição, incentivando, facilitando e monitorando práticas de *disclosure* adequado em todos os meios formais de comunicação.

As premissas e parâmetros para a gestão dos riscos de crédito, operacional, socioambiental, de mercado e de capital estão disponíveis em nosso site no endereço www.socinal.com.br

Agradecemos o apoio e colaboração de todos os acionistas, funcionários, clientes, investidores e parceiros.

A Administração.

Araruama, Rio de Janeiro, 20 de março de 2023.

SOCINAL S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas explicativas	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Disponibilidades	3	3.765	666
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4	13.000	13.650
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		13.000	13.650
Operações de Créditos		27.121	25.745
Setor Privado	5	28.064	26.431
(-) Provisão de Crédito	5	(943)	(686)
Outros Créditos	6	12.971	12.961
Diversos		12.971	12.961
Outros Valores e Bens		12.390	5.764
Bens não de Uso	7	12.389	5.758
Despesas Antecipadas		1	6
Total do ativo circulante		69.247	58.786
Não circulante			
Operações de Créditos		198.980	164.046
Setor Privado	5	205.900	168.415
(-) Provisão de Crédito	5	(6.920)	(4.369)
		198.980	164.046
Imobilizado Líquido	8	2.797	2.964
Total do ativo não circulante		201.777	167.010
Total do ativo		271.024	225.796

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

SOCINAL S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
 (Em milhares de reais)

Passivo	Notas explicativas	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Depósitos	9.1	11.265	925
Depósitos a Prazo		11.258	925
Outros Depósitos		7	-
Recursos e Aceites Cambiais	9.2	24.060	23.509
Recursos e Aceites Cambiais		24.060	23.509
Outras Obrigações		7.794	8.403
Cobrança e Arrec. de Trib. e Assemelhados	9.3	634	1.049
Fiscais e Previdenciárias		5.508	5.873
Diversas		1.652	1.481
Total do passivo circulante		43.119	32.837
Não circulante			
Depósitos	9.1	125.284	83.470
Depósitos a Prazo		125.284	83.470
Recursos e Aceites Cambiais	9.2	60.551	74.740
Recursos e Aceites Cambiais		60.551	74.740
Total do passivo não circulante		185.835	158.210
Patrimônio líquido			
Capital social		16.042	16.042
Reservas de lucros		26.028	18.707
Total do patrimonio líquido	11	42.070	34.749
Total do passivo e patrimônio líquido		271.024	225.796

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

SOCINAL S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

	Notas explicativas	01/07 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Receita da Intermediação Financeira		18.231	36.138	26.085
Operações de Créditos		17.156	34.405	25.347
Resultado de Oper. c/ Títulos e Vtrs. Mobiliários		1.075	1.733	738
Despesas da Intermediação Financeira		(9.009)	(27.342)	(16.538)
Operações de Captação no Mercado		(9.796)	(24.346)	(16.344)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		787	(2.996)	(194)
Resultado da Intermediação Financeira		9.222	8.796	9.547
Outras Receitas/Despesas Operacionais		(209)	3.549	3.269
Receitas de Prestação de Serviços	12.1	27.187	52.440	69.468
Despesas de Pessoal		(1.358)	(2.661)	(2.146)
Outras Despesas Administrativas	12.2	(2.493)	(4.703)	(4.595)
Despesas Tributárias		(3.002)	(5.574)	(7.109)
Outras Receitas Operacionais		14	19	27
Outras Despesas Operacionais	13	(20.557)	(35.972)	(52.376)
Resultado Antes da Tributação s/Lucro e Participações		9.013	12.345	12.816
Resultado Não Operacional		(745)	(745)	
Imposto de Renda e Contribuição Social		(2.142)	(4.280)	(3.318)
Provisão para Imposto de Renda		(1.306)	(2.638)	(2.036)
Provisão para Contribuição Social		(836)	(1.642)	(1.282)
Lucro líquido do semestre	10	6.126	7.320	9.498
Quantidade de ações		9.500	9.500	9.500
Resultado por ação		0,645	0,771	1,000
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE		01/07 a	01/01 a	01/01 a
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021		31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021
(Em milhares de reais)				
Lucro Líquido		6.126	7.320	9.498
Outros Resultados Abrangentes		-	-	-
Lucro Abrangente		6.126	7.320	9.498

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

SOCINAL S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em reais)

	Reserva de Lucros			Lucros/Prejuízo Acumulados	Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Especial de Lucro		
Saldos em 31 de dezembro de 2020	16.042	529	8.680	-	25.251
Lucro líquido do exercício	-	-	-	9.498	9.498
Destinações do lucro:					
Reservas Legal	-	475	-	(475)	-
Bonificações aos Acionistas	-	-	6.996	(6.996)	-
Juros Sobre o Capital Próprio	-	-	2.027	(2.027)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	16.042	1.004	17.703	-	34.749
Lucro líquido do exercício	-	-	-	7.320	7.320
Destinações do lucro:					
Reservas Legal	-	366	-	(366)	-
Reserva Especial de Lucro	-	-	4.746	(4.746)	-
Juros Sobre o Capital Próprio	-	-	2.208	(2.208)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	16.042	1.370	24.657	-	42.069
Saldo em 30 de junho de 2022	16.042	1.063	18.839	-	35.944
Lucro líquido do semestre	-	-	-	6.126	6.126
Destinações do lucro:					
Reservas Legal	-	307	-	(307)	-
Reserva Especial de Lucro	-	-	3.611	(3.611)	-
Juros Sobre o Capital Próprio	-	-	2.208	(2.208)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	16.042	1.370	24.658	-	42.070

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

SOCINAL S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

	01/07 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do semestre/exercício	6.126	7.320	9.498
Despesas (receitas) que não afetam o caixa			
Depreciação e Amortizações	87	174	159
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(938)	2.809	(398)
Lucro líquido ajustado	5.275	10.303	9.259
Variações nas contas do Ativo e do Passivo			
Redução (aumento) de Operações de Crédito	(28.463)	(39.118)	(74.777)
Aumento (redução) em Outros Créditos	(2.023)	(10)	(5.097)
Aumento (redução) em Outros Valores e Bens	5.559	(6.626)	921
Aumento (redução) em Depósitos a prazo	30.221	52.154	66.837
Aumento (redução) de recursos de aceites e emissões de títulos	(16.110)	(13.638)	(5.397)
Aumento (redução) em Outras Obrigações	1.047	(609)	5.035
	(9.769)	(7.847)	(12.478)
Caixa líquido (aplicado) / gerado pelas atividades operacionais	(4.494)	2.456	(3.219)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de Imobilizado de Uso	(3)	(7)	(303)
Caixa líquido aplicado pelas atividades de investimentos	(3)	(7)	(303)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Entrada de Recursos Acionista / Aumento de Capital	-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	-	-	-
(Redução) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(4.497)	2.449	(3.522)
Demonstração do aumento nas disponibilidades			
Saldo de caixa e equivalentes-caixa no início do semestre/Ano	21.263	14.316	17.838
Saldo de caixa e equivalentes-caixa no final do semestre/Ano	16.766	16.765	14.316
Varição no saldo de caixa e equivalentes de caixa	(4.497)	2.449	(3.522)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado outra forma)

1- Contexto Operacional

A Socinal S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), é uma instituição financeira de capital fechado e vem operando como instituição de crédito, financiamento e investimento desde abril/2009. A Socinal tem foco no segmento de prestação de serviço para plataformas de crédito *online* (*fintechs*) e Fundos de direitos creditórios no modelo BaaS – *banking as a service* e participa como originador e cedente de créditos ofertados nestas plataformas especializadas. A carteira proprietária está composta por empréstimos pessoais para aquisição de lotes e casas residenciais, capital de giro para pequenas e médias empresas e na aquisição de direitos créditos descontados oriundos de vendas parceladas de empreendimentos a performarem parceria com empresas de incorporação e de empreendimentos imobiliários em nossa região de atuação. A captação de recursos é feita por intermédio da emissão de certificado de depósitos a prazo e letras de câmbio por meio de plataforma *online* própria ou por corretoras de valores de expressiva idoneidade e penetração no mercado de investimentos.

2- Apresentação das Demonstrações Financeiras e descrição das principais práticas contábeis.

As Demonstrações Financeiras da Sociedade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), no que for aplicável. Foram parcialmente adotadas nos balanços as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional.

Assim, as informações contábeis contidas nas demonstrações financeiras do semestre findo em 31 de dezembro de 2022, foram elaboradas conforme os pronunciamentos homologados pelo BACEN e de acordo instruções específicas do BACEN, e em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria da Instituição em 20/03/2023.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

O comitê de pronunciamentos Contábeis – CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, entretanto nem todos foram homologados pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

A Resolução BCB Nº 2 de 12 de agosto de 2020 alterou, a partir de 01.01.2021, os critérios gerais de elaboração e divulgação de demonstrações contábeis até então vigentes. Com base na referida Resolução, a Instituição passou a apresentar como demonstração financeira obrigatória a Demonstração do Resultado Abrangente (DRA).

Desta forma, a Socinal na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos homologados pelo BACEN:

- Resolução CMN nº 3.566/08 – CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos
- Resolução CMN nº 3.604/08 – CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Resolução CMN nº 3.750/09 – CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas
- Resolução CMN nº 3.989/11 – CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações
- Resolução CMN nº 4.007/11 – CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro
- Resolução CMN nº 3.973/11 – CPC 24 - Evento Subsequente
- Resolução CMN nº 3.823/09 – CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
- Resolução CMN nº 4.144/12 – Pronunciamento Conceitual Básico (R1)
- Resolução CMN nº 4.424/15 – CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados
- Resolução CMN nº 4.748/19 – CPC 46 - Mensuração do Valor Justo
- Resolução BCB nº 2/20 – CPC 26 – Demonstração do Resultado Abrangente

(a) Apuração do resultado

A Socinal apura o seu resultado pelo regime contábil de competência, ajustando o mesmo com a apuração do imposto de renda e da contribuição social, incidentes sobre o lucro tributável do período.

(b) Caixa

O Caixa é representado pelas disponibilidades em depósitos bancários, utilizado diariamente mediante necessidade da Sociedade. **(Nota 3)**

(c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Registram-se aqui os investimentos dos recursos aplicados no mercado interbancário de curto prazo com liquidez diária (CDI's). O saldo apresentado é o somatório do valor presente de cada investimento, calculado “*pro rata die*” pelos respectivos indexadores e taxas de juros. **(Nota 4)**

(d) Operações de Crédito

A carteira é composta por produtos de Crédito Pessoal – Consignado em Folha e Crédito Pessoal – 4,81%, Empréstimos Pessoais, para aquisição de imóveis - 0,25%, Capital de Giro– 6,57% e Direitos Creditórios – 88,37%. Desse total, 3,36% estão provisionados como créditos de liquidação duvidosa. Todas as operações de crédito possuem classificação de risco definida e normatizada dentro das premissas estabelecidas pela Resolução nº 2.682 do Conselho Monetário Nacional – CMN e são regidas por uma política de crédito aprovada e editada pela administração, levando-se em consideração: os limites operacionais legais, as condições microeconômicas e setoriais do devedor, sua situação econômico-financeira e os riscos específicos de cada operação; suas garantias e seus garantidores. A classificação das operações vencidas segue estritamente os critérios definidos no artigo 4º da mesma Resolução. **(Nota 5).**

(e) Outros Créditos

Referem-se ao saldo de adiantamento a funcionários, devedores diversos – país e os impostos e contribuições a compensar. **(Nota 6)**

(f) Outros Valores e Bens

Valores relativos à realização de garantias, na forma de dação de pagamento, advindas de baixa de financiamentos imobiliários com a respectiva retomada dos imóveis, para posterior realização. A Sociedade vem conduzindo a formalização adequada para esses processos, ao abrigo da Circular BACEN nº 1273. Esses imóveis foram submetidos a avaliação de profissionais por meio de contratação de empresa especializada. **(Nota 7)**

(g) Imobilizado

A depreciação do ativo imobilizado é calculada usando o método de cálculo linear, com base na taxa anual de 10% para instalações e móveis e equipamentos de uso, e de 20% para os sistemas de processamento de dados e de transporte. **(Nota 8)**

(h) Passivo Circulante e Exigível à Longo Prazo

Demonstrados por valores conhecidos, considerando nestes os encargos incorridos com base em cálculo “*pro rata die*”, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar, e/ou atualização por correção monetária, quando aplicável. Incluídos neste contexto os saldos das contas Depósitos a Prazo, Recursos de Aceites Cambiais, Empréstimos no País – Outras Instituições e Outras Obrigações. **(Nota 9)**

(i) Imposto de Renda, Contribuição Social e demais Tributos.

No 2º semestre de 2022 e no 2º semestre de 2021 foram constituídas as provisões para o imposto de renda à alíquota-base de 15% do resultado tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual que exceder R\$ 240 mil no exercício, e a provisão para contribuição social sobre o lucro líquido ajustado foi constituída à alíquota de 15%, conforme Regulamento do Imposto de Renda e atualizações.

<u>Tributos</u>	<u>Alíquota</u>
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL (até 31/07/2022)	15%
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL (de 01/08 a 31/12/2022)	16%
PIS/PASEP	0,65%
COFINS	4%
Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN	5%

A Lei 14.446/22, determina a majoração temporariamente em 1% da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) das instituições financeiras, para o período base compreendido entre 1º de agosto e 31 de dezembro de 2022. **(Nota 10)**.

(*) A alíquota de CSLL no período de 08/2022 à 12/2022 foi de 16% conforme Lei 14.446/2022.

3- Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades	3.765	666
Disponibilidade em moeda nacional	3.765	666

4- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	31/12/2022	31/12/2021	Demonst rada como segue:
Banco Daycoval	-	1.650	
Banco ABC	4.000	5.000	
Big Pactual	9.000	7.000	
Total	13.000	13.650	

Referem-se às operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam elevada liquidez e risco insignificante de mudança de valor justo.

5- Operações de Crédito

Demonstrativos da distribuição das carteiras de créditos por setor e atividade econômica, composição da provisão para créditos de liquidação duvidosa e operações lançadas para prejuízo.

A VENCER								Dez-2022	Dez-2021
ATIVIDADE ECONOMICA	VENCIDA	ATE 3 M	3 A 12 M	12 A 36 M	36 A 60M	60 A 180M	180M <		
SETOR PRIVADO	2.608	7.765	18.891	46.953	37.168	92.439	28.140	233.964	194.846
INDUSTRIA		52	143	258				453	576
COMÉRCIO		112	315	721	573	863		2.584	2.668
OUTROS SERVICOS	22	334	957	2.239	1.427	1.794	50	6.823	10.528
PESSOA FISICA	2.586	7.267	17.476	43.735	35.168	89.782	28.090	224.104	181.074
TOTAL	2.608	7.765	18.891	46.953	37.168	92.439	28.140	233.964	194.270
Ativo Circulante								28.064	26.431
Ativo Não Circulante								205.900	168.416

POR TIPO DE PESSOA

A VENCER								Dez-2022	Dez-2021
TIPO DE PESSOA	VENCIDA	ATE 3 M	3 A 12 M	12 A 36 M	36 A 60M	60 A 180M	180M <		
PJ	22	498	1.415	3.218	2.000	2.657	50	9.860	13.772
PF	2.586	7.267	17.476	43.735	35.168	89.782	28.090	224.104	181.074
TOTAL	2.608	7.765	18.891	46.953	37.168	92.439	28.140	233.964	194.846

POR REGIÃO

REGIÃO	Dez-2022	Dez-2021
NORTE	-	
NORDESTE	-	
CENTRO-OESTE	-	
SUL	-	
SUDESTE	233.964	194.846
TOTAL	233.964	194.846

POR PRODUTO

CARTERAS	Dez-2022	Dez-2021
CONSIGNADO/CRÉDITO PESSOAL	11.248	14.274
FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO	589	879
CAP. DE GIRO/TÍT. DESCONTADOS	15.381	19.282
DIREITOS CREDITÓRIOS	206.746	160.411
TOTAL	233.964	194.846

RISCO	PROVISÃO	Dez-2022		Dez-2021	
		Carteira	PCLD	Carteira	PCLD
AA	0%				
A	0,50%	141.459	707	134.700	674
B	1,00%	33.951	340	26.848	268
C	3,00%	20.587	618	19.497	585
D	10,00%	27.625	2.763	5.803	580
E	30,00%	9.372	2.812	5.916	1.775
F	50,00%	606	303	1.673	837
G	70,00%	140	98	243	170
H	100,00%	224	224	166	166
TOTAL		233.964	7.863	194.846	5.055
Ativo Circulante		28.064	943	26.431	686
Ativo Não Circulante		205.900	6.920	168.416	4.369

OPERAÇÕES LANÇADAS PARA PREJUÍZO

SALDO 2º SEM 2021	1.158
BAIXAS PARA PREJUÍZO	584
RENEGOCIADAS	
RECUPERADAS	417
SALDO FIM 2º SEM 2022	1.325

6- Outros Créditos

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
¹ Comissões e Corretagens a receber	463	532
² Adiantamento e Antecipações Salariais	275	748
³ Impostos e Contribuições a Compensar	6.546	6.173
⁴ Devedores Diversos – País	3	88
⁵ Títulos e Créditos a receber	5.684	5.420
Total	12.971	12.961

¹ Comissões e corretagens a receber geradas por operações de negociação com parceiros.

² Saldo de distribuição de lucro no mês de encerramento do semestre.

³ Representada por impostos e contribuições antecipadas para compensação futura.

⁴ Representada por valores a receber de repasses dos órgãos públicos referentes a operações de crédito consignado.

⁵Saldo de valores a receber representados por títulos de crédito, que não se caracterizem como operações de crédito.

7- Ativos não Financeiros Mantidos para Venda, Recebidos

Em 31 de Dezembro 2022, estão assim demonstrados:

Natureza	Saldo 31/12/2022	Saldo 31/12/2021
Imóveis	12.389	5.758

Corresponde à bens imóveis disponíveis para venda, ajustados a valor de mercado, recebidos de clientes da Sociedade em dação em pagamento e não utilizados no desempenho da atividade social.

8- Imobilizado

O ativo fixo da Sociedade está assim composto:

Conta	Saldo 31/12/2022	Saldo 31/12/2021
Edificações	3.242	3.242
Móveis e equipamentos de uso	394	389
Sistema de processamento de dados	247	243
(-) Depreciação acumulada	(1.086)	(910)
Total	2.797	2.964

9- Passivo Circulante e Exigível à Longo Prazo

Os valores registrados nos subgrupos estão representados nas rubricas abaixo descritas.

9.1 Depósitos a Prazo

	31/12/2022	31/12/2021
RDB - Recibo de Depósito Bancário	11.856	70.545
CDB - Certificado de Depósito Bancário	119.776	9.414
DPGE - Depósito a prazo com garantia especial	4.911	4.436
Outros Depósitos	7	
Total	136.550	84.395
Passivo circulante	11.265	925
Passivo não circulante	125.284	83.470
Total	136.549	84.395

9.2 Letras de Câmbio

	31/12/2022	31/12/2021
LC - Recurso de Aceite Cambial	84.611	98.249
Total	84.611	98.249
Passivo circulante	24.060	23.509
Passivo não circulante	60.551	74.740
Total	84.611	98.249

	31/12/2022	31/12/2021
(i) Cobrança e Arrecadações Tributárias	634	1.049
(ii) Fiscais e Previdenciárias:	5.508	5.873
IRPJ a recolher	3.343	3.222
CSL a recolher	1.754	1.920
Impostos e contrib. s/serviços de terceiros	55	84
Impostos e contrib. s/salários	86	69
Outros	270	578
(iii) Diversas (a)	1.652	1.481
Total (i+ii+iii)	7.794	8.403

9.3 Outras Obrigações

(a) Valores referentes à provisão de férias, repasses e outras obrigações.

10- Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

Cálculo IRPJ e CSLL		31/12/2022	31/12/2021
7.0.0.00.000 - Receitas	(+)	46.219	43.417
8.0.0.00.000 - Despesas	(-)	(37.952)	(33.739)
Resultado antes da Tributação sobre o lucro e das participações societárias		8.267	9.678
6.1.5.80.30 - Juros sobre o capital próprio		(2.207)	
Adições	(+)	(787)	886
Exclusões	(-)	-	-
Lucro Antes da Compensação do Prejuízo		5.273	10.564
Crédito Baixado como Prejuízo (2017 a 2019)			(3.240)
Saldo Prejuízo Fiscal		-	(3.240)
Base Tributável (Lucro Real após Compensação do Prejuízo)		5.273	7.324
I.R.	15%	791	1.098
I.R. Adicional	10%	515	721
IRPJ Devido		1.306	1.819
CSLL Devida	15%	836	1.098
Lucro do Exercício		3.918	6.761

(*) A alíquota de CSLL no período de 08/2022 a 12/2022 foi de 16% conforme Lei 14.446/2022.

11- Patrimônio Líquido

Capital Social: totalmente subscrito e integralizado é de R\$ **16.042.105,26** (dezesesseis milhões, quarenta e dois mil, cento e cinco reais e vinte e seis centavos), representado por 12.700.000 (doze milhões e setecentas mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada semestre/exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Lucros ou (Prejuízos) acumulados: Registra o saldo remanescente dos lucros (ou prejuízos), após as reversões, ajustes e destinações. Ocorrendo resultado do semestre/exercício negativo, este será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.

Juros sobre capital próprio/Dividendos: Conforme o artigo 20 do estatuto, os lucros líquidos terão a destinação que lhes for determinada pela Diretoria, observando o disposto na Lei 6.401/76. Os juros sobre o capital próprio foram instituídos pela Lei 9.249/95, que em seu art. 9º, e alterações, faculta às empresas a dedução do Lucro Real e da base de Contribuição Social da despesa financeira devidamente registrada resultante da aplicação da TJLP sobre o patrimônio a título de remuneração aos acionistas. O pagamento dos juros sobre o capital próprio deve ser reconhecido a partir do momento que seja declarado ou proposto e assim configure obrigação presente na data do balanço e registrado em conta específica no Patrimônio Líquido.

O Patrimônio Líquido está assim apresentado:

	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio Líquido	42.069	34.749
Capital Social	16.042	16.042
Reservas de Lucro	26.027	18.707
Reserva Legal	24.657	1.004
Reserva Especial de Lucro	1.370	17.703

12- Demonstração dos Resultados

12.1 - Receitas de Prestação de Serviços

	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Receitas de Prestação de Serviços	52.440	69.468

Receitas de serviços com tarifa de confecção de ficha cadastral e comissão na originação de créditos resultantes de parcerias operacionais firmadas com empresas correspondentes captadoras de crédito no mercado online e para fundos de direitos creditórios.

12.2 - Despesas Administrativas

	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Despesa de Água, Energia e Gás	62	55
Despesa de Aluguéis	20	22
Despesa de Comunicação	93	73
Despesa de Manutenção e Conservação	5	47
Despesa de Material	77	62
Despesa de Processamento de Dados	1.794	1.957
Desp. Propaganda e Publicidade / Rel. Públicas	21	45
Despesa de Serviços do Sistema Financeiro	212	266
Despesa de Serviços de Terceiros	169	166
Despesa de Serviços de Vigilância e Segurança	2	2
Despesa de Serviços Técnicos Especializados	1.664	1.394
Despesa com Viagens	38	26
Outras Despesas Administrativas	372	321
Despesa de Depreciação	174	159
Total	4.703	4.595

Composto significativamente por despesas com Processamento de Dados devido Locação do Ambiente Nuvem e novos sistemas operacionais, Consultoria Jurídica, Financeira e despesa de Serviço do Sistema Financeiro devido ao crescimento operacional na área de serviços e na de intermediação financeira.

13- Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Outras Despesas Operacionais	35.972	52.376

Despesas relativas a serviços prestados por correspondentes bancários na captação de créditos e de títulos e valores mobiliários.

14- Basiléia

Limites Operacionais

Adequação ao novo acordo de capitais (Basiléia III)

A Sociedade cumpre o disposto pelo Conselho Monetário Nacional, por meio das Resoluções 4.192 e 4.193 e os demais conjuntos de normativos que regulam e definem as novas regras que buscam aperfeiçoar a capacidade das instituições financeiras de absorver choques, fortalecendo a estabilidade financeira e a promoção do crescimento econômico sustentável. O aumento da quantidade e qualidade do capital regulamentar mantido por instituições financeiras visa a reduzir a probabilidade e a severidade de eventuais crises bancárias, e os seus consequentes custos para a economia real.

14.1 - INDICADORES DE RISCO (BASILEIA) E LIMITES OPERACIONAIS

		R\$/1000	MÊS 12/2022
Conta	Descrição		Saldo
1100	PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PRS5)		42.070
1101	PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA PARA O LIMITE DE BASILEIA (PRS5_LB)		42.070
1102	PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA PARA O LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO (PRS5_LI)		42.068
1110.0	CAPITAL SOCIAL		16.042
1150	LIMITE PARA IMOBILIZAÇÃO (LI)		21.035
1160	VALOR DA SITUAÇÃO PARA O LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO		2.797
1310	DISPONIBILIDADES		753
1320	APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ		6.500
1350	OPERAÇÕES DE CRÉDITO		169.575
1370	OUTROS DIREITOS		12.971
1380	OUTROS VALORES E BENS		12.390
1390	PERMANENTE		2.797
1395	CRÉDITOS A LIBERAR		0
1700	VALOR DO RWARCSIMP (RISCO DE CRÉDITO)		204.987
1800	VALOR DO RWAOSIMP (RISCO OPERACIONAL)		22.836
2010	PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA MÍNIMO REQUERIDO PARA O RWA (15,5%)		38.730
1950	MARGEM SOBRE O PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA REQUERIDO		3.340
1960	MARGEM OU INSUFICIÊNCIA P/ LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO		18.238
2000	RWAS5 (ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO)		227.823
ÍNDICE DE BASILÉIA >>>>>			18,47%

CÁLCULO DO LIMITE MÍNIMO DE PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA OPTANTES PELO RPS

RESOLUÇÃO 4.606/2017

MÊS/ANO	DEZAEMBRO DE 2022	
CONTA	NOME DA CONTA	VALOR DA CONTA
1101	PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA PARA O LIMITE DE BASILEIA (PRS5_LB)	42.069
2000	RWAS5	227.823
2010	PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA MÍNIMO REQUERIDO PARA O RWA	38.829
1950	MARGEM SOBRE O PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA REQUERIDO	3.340
ÍNDICE DE BASILÉIA >>		18,47%

14.2 – LIMITE DE BASILÉIA E SEGMENTAÇÃO

A Resolução 4.606 de 19 de outubro de 2017 do CMN, implantou nova metodologia de apuração do RWArps (*Risk WeightAsset*) dos ativos ponderado pelo risco no modelo simplificado e requerimento mínimo de Patrimônio de Referência para instituições enquadradas no segmento S5 de instituições não bancárias de crédito (art. 2º, item II). A Socinal solicitou e foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em agosto/2019 a migração de sua segmentação de S4 para S5, passando está a se enquadrar nas regras e limites para este segmento.

O requerimento mínimo de capital exigido pelo art. 12º da Resolução 4.606 é de 17% do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWArps) da instituição. Conforme art. 1º da Resolução 4.813 de 30/04/2020, por motivos de excepcionalidade nas condições de mercado, o limite mínimo foi reduzido para 15% até abril de 2021 e de 15,5% que vigora até outubro de 2021, no período de 1º de novembro de 2021 a 30 de abril de 2022, os percentuais de que tratam os incisos I e II do caput serão de 11,5% (onze inteiros e cinco décimos por cento) e 16,25% (dezesseis inteiros e vinte e cinco centésimos por cento), respectivamente, a partir de maio-2022 17%.

Gerenciamento de risco

A Socinal, enquadrada no segmento S5 (Resolução 4.553/2017) faz sua gestão integrada de riscos em conformidade com a Resolução 4.557/2017 em seu art. 3º, sendo (i) compatível com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, serviços, atividades e processos da instituição; (ii) proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, segundo critérios definidos pela instituição; e, (iii) adequada ao perfil de riscos da instituição. É resultado do esforço constante de modernização dos processos integrados há ações de controle sistêmicos e gerenciais, de forma a contemplar risco de mercado, risco de crédito, de liquidez, operacional e adequação de capital aos negócios da sociedade, mantendo-os dentro dos limites legais e prudenciais de mercado. A área de gestão de riscos está subordinada ao comitê de controles internos da Sociedade (CCI) constituído pela diretoria executiva e acionistas que analisam e deliberam anualmente ou a qualquer momento de forma tempestiva, se for o caso, as ocorrências e os relatórios circunstanciados produzidos pela área de controle internos e risco que está segregada das áreas operacionais e de negócios de empresa visando a independência de atuação e conflito de interesses.

I - Risco de Mercado – A Socinal utiliza de políticas e estratégias para o gerenciamento do risco de mercado, com limites operacionais e de exposição definidos em normativos específicos e aprovados pelo comitê de controles internos e risco, dentro de critérios aceitáveis e compatíveis com a estrutura patrimonial da Sociedade, controlados e gerenciados periodicamente pela área de *compliance* e risco. Seus ativos de crédito são classificados na carteira de não negociação bancárias em expectativa de negociação e seus passivos são remunerados a taxas pré-fixadas ou atrelados à variação do CDI (certificado de depósito interbancário). A descrição da estrutura de gerenciamento de risco de mercado previsto no art. 25º da Resolução CMN nº 4.557/2018, bem como o relatório anual fruto deste trabalho, estão disponíveis em nosso site www.socinal.com.br

II - Risco de Crédito - As ações que norteiam as políticas de risco de crédito baseiam-se em regras de concessão, limites operacionais, controles sistêmicos, critérios de classificação de clientes, análise da evolução da carteira, “*credit score*” e níveis de inadimplência e taxas de retorno. Adota-se a prática de constituição de provisões para perdas de crédito para cada operação considerando a classificação do cliente e condição de atraso da operação. Todas as operações são classificadas por alçada e submetidas ao comitê de crédito respectivo para avaliação qualitativa e quantitativa, levando em conta os aspectos determinantes do risco de crédito do cliente, da operação e do grupo econômico. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco de crédito previsto no art. 21º da Resolução CMN nº 4.557/2018, bem como o relatório anual fruto deste trabalho, estão disponíveis em nosso site www.socinal.com.br.

III - Risco de Liquidez - A política de gestão do risco de liquidez visa administrar e prover a solvência da Sociedade estabelecendo os parâmetros mínimos de caixa a serem observados e mantidos, bem como as ferramentas necessárias para sua gestão em cenários normais ou de crise. O acompanhamento diário visa mitigar possíveis descasamentos dos prazos, permitindo, se necessário, ações corretivas. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco de liquidez previsto no art. 37º da Resolução CMN nº 4.557/2018, bem como o relatório anual fruto deste trabalho, estão disponíveis em nosso site www.socinal.com.br

IV - Risco Operacional – A gestão do Risco Operacional é de grande relevância dentro da Sociedade devido aos inúmeros processos manuais e de controle advindos de diversas linhas de produtos e serviços oferecidos em seu portfólio. A melhoria dos controles e internos e o treinamento e suporte às áreas de negócio tem permitido que a gestão do risco operacional contribua para o aprimoramento da eficiência operacional e consequentemente na redução do comprometimento do capital. Quanto à segurança da informação a Sociedade conta com processos adequados e compatíveis com seu porte no tocante a geração e guarda de *backups* e documentação de suas operações. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco operacional previsto no art. 32 da Resolução nº 4.557/2018, bem como o relatório anual fruto deste trabalho, estão disponíveis em nosso site www.socinal.com.br

V - Risco de capital – A Socinal estabeleceu suas diretrizes e regras para a estrutura e o gerenciamento do capital com base no art. 39 da Resolução CMN nº 4.557/2018. Todo o processo visa: (a) monitoramento e controle de capital mantido pela Sociedade; (b) avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos que a Sociedade está sujeito; e (c) o planejamento de metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos e mantendo uma postura proativa, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis alterações nas condições do mercado. As operações realizadas pela Sociedade se caracterizam como “*banking*” e sua tesouraria está dedicada à remuneração do capital próprio e a prestação de serviços aos clientes. Tais operações não são realizadas com intenção de negociação ou de *hedge* das referidas posições, portanto, não se enquadram no conceito de Carteira de Negociação nos termos da definição do Banco Central do Brasil – BACEN. O gerenciamento de risco das operações da Socinal é realizado por meio de políticas internas e de seus comitês de controle internos (CCI) e comitê Executivo de Negócios (CEN), que com base nos normativos (NP’s) monitoram os diversos riscos inerentes às operações e/ou processos, incluindo os riscos operacionais, de mercado, liquidez e crédito. Para tal se utiliza de: 1- Modelo proprietário de orçamento e fluxo de caixa, provisões e indicadores de performance; e modelo proprietário de acompanhamento de risco de mercado e precificação das carteiras ativas e passivas a preços de

mercado, viabilidade de cenários e teste de estresse definidos na Circular Bacen 3365/07 e usados para mensurar o risco da variabilidade das taxas de juros. As premissas e parâmetros para a gestão dos riscos de crédito, operacional, socioambiental, de mercado e de capital estão disponíveis em nosso site no endereço www.socinal.com.br.

VI - Risco Socioambiental – Atendendo às disposições da Resolução CMN nº 4.327, de 25/04/2014 a qual dispõe sobre as diretrizes que devem ser observadas no estabelecimento e na implantação da Política de Responsabilidade Socioambiental, a Socinal aprovou em julho de 2015 sua política de gestão do risco socioambiental e adotou o critério de atuar com responsabilidade social e agir de maneira ética e transparente em todas as suas esferas e, através de seu negócio contribuir para o desenvolvimento econômico da sociedade, zelando para que todos os recursos sejam utilizados de maneira consciente e sustentável. A política aprovada, a estrutura e a gestão destes riscos estão detalhadas em nosso site www.socinal.com.br em normativos internos. Os controles internos e os relatórios anuais estão disponíveis aos auditores externos e ao Banco Central do Brasil.

15- Outros Assuntos – Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes relevantes que pudessem alterar ou impactar os saldos das demonstrações contábeis.

DIRETORIA

Ângela Maria Martins da Silva

Jorge Lage Campos

Vanessa Pires Antunes

CONTADOR

Contab Control Consultoria Empresarial Ltda

CRC RJ: 008658/O-9



Transparência . Justiça . Seriedade

SOCINAL S.A. – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Demonstrações Contábeis
em 31 de dezembro de 2022
e relatório do auditor independente



Socinal S.A. Crédito, Financiamento e Investimento

29



SOCINAL S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

CONTEÚDO

Relatório dos auditores independentes

Balço patrimonial

Demonstração do resultado do período

Demonstração do resultado abrangente

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras



Transparência . Justiça . Seriedade

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
SOCINAL S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **SOCINAL S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento** (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **SOCINAL S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria



Socinal S.A. Crédito, Financiamento e Investimento

31



ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Transparência . Justiça . Seriedade

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.



Transparência . Justiça . Seriedade

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Belo Horizonte, 20 de março de 2023.



TJS Auditoria & Consultoria Empresarial
CRCMG – 007153/O-0

Silvio Sebastião da Silva
Contador CRCMG 044996/O-4



Socinal S.A. Crédito, Financiamento e Investimento

34